



# Guia de elaboração do PPA 2024-2027

Diretoria de Planejamento Orçamentário  
Gerência de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual

# Sumário

<b>Introdução e boas-vindas .....</b>	<b>3</b>
<b>1. Planejamento Governamental e PPA .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Conceitos básicos PPA 2024-2027 .....</b>	<b>5</b>
<b>3. Etapas de Elaboração do PPA 2024-2027 .....</b>	<b>7</b>
3.1 Base e diretrizes estratégicas.....	7
3.2 Alinhamento ao Pafisc e ODSs .....	8
3.2.1 Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc) .....	8
3.2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).....	8
3.3 Perfil Institucional.....	9
3.4 Diagnóstico Setorial.....	10
3.5 Programas .....	11
3.5.1 Programas Temáticos.....	11
3.5.2 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços .....	12
3.5.3 Atributos dos Programas .....	12
3.6 Indicadores de Programas .....	13
3.6.1 Propriedades dos Indicadores.....	13
3.6.2 Atributos dos indicadores de programas .....	14
3.6.3 O que analisar em cada Indicador .....	15
3.7 Subações .....	16
3.7.1 Atributos das subações.....	16
3.8 Acompanhamento Físico e Financeiro do PPA .....	17
3.8.1 O que é um Objeto de Execução? .....	18
3.8.2 Atributos do Objetos de Execução.....	18
3.8.3 Regionalização/ Localização.....	19
<b>4. Monitoramento e Avaliação do PPA .....</b>	<b>20</b>
<b>5. Considerações Finais .....</b>	<b>20</b>
<b>6. Dúvidas e Esclarecimentos .....</b>	<b>21</b>

## Introdução e boas-vindas

Bem-vindos ao guia para elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 de Santa Catarina. Este guia fornecerá orientações práticas para direcionar as ações das secretarias e órgãos do governo estadual e definir metas e prioridades que produzam resultados significativos para os catarinenses.

O PPA é um plano de médio prazo que **orienta as políticas públicas** e a alocação de recursos. Neste guia, você encontrará diretrizes e recomendações para elaborar o PPA de forma efetiva, visando impulsionar o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida em Santa Catarina.

A elaboração do PPA envolverá análise do cenário atual, identificação de desafios, definição de metas e ações estratégicas, seleção de indicadores e alocação de recursos. Utilize este guia como uma ferramenta para fortalecer a capacidade de planejamento e promover resultados concretos para a sociedade catarinense.

## 1. Planejamento Governamental e PPA

O Planejamento Governamental desempenha um papel fundamental na implementação de políticas públicas efetivas. No contexto do PPA, sua importância é ampliada, pois ele estabelece as diretrizes, objetivos e metas que irão guiar as ações do governo nos próximos quatro anos. No setor público, o planejamento envolve tomar decisões sobre políticas públicas em um ambiente com recursos limitados, buscando modificar situações problemáticas.

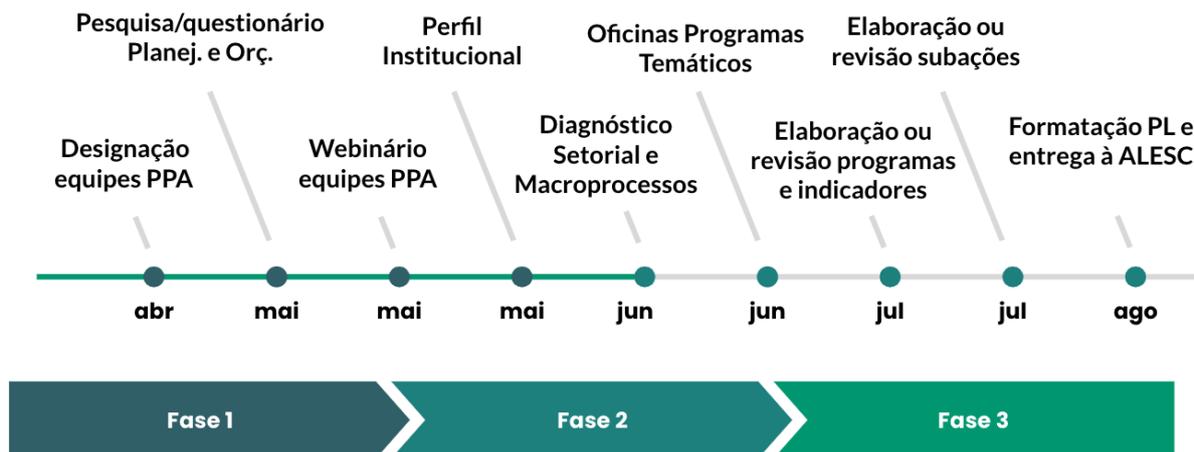
No contexto do PPA, o planejamento implica em analisar a realidade e identificar os problemas existentes, para enfrentá-los por meio de programas, ações e entregas para a sociedade. A avaliação dos resultados e o cumprimento das metas físicas estabelecidas são feitos por meio de indicadores. O Programa, que é operacionalizado por subações orçamentárias, pode ser compreendido como uma intervenção do Estado com o objetivo de transformar uma situação atual em uma situação desejada.

Essa abordagem de planejamento no âmbito do PPA busca otimizar os recursos disponíveis e direcionar esforços para alcançar resultados concretos e desejados para a sociedade. Por meio de um processo de análise, definição de metas e implementação de ações, o governo busca promover mudanças positivas e impactar de forma significativa a realidade atual.

Entregas das Unidades Orçamentárias – U.Os							
Fase	Resp.	Entrega	Cronograma				
			Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
1ª	U.O.	Nomeação das equipes (Portarias)					
2ª	U.O.	Perfil Institucional					
2ª	U.O.	Diagnóstico Setorial					
2ª e 3ª	U.O.	Planilha Programas e Indicadores PPA					
3ª	U.O.	Elaboração de subações (inserção SIGEF)					
3ª	DIOR	Formatação do Projeto de Lei e entrega à ALESC					

## PPA 2024-2027

LINHA DO TEMPO



Fonte: Elaboração equipe PPA 2024-2027

O processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 está em andamento, com uma série de atividades programadas para garantir uma construção participativa e efetiva. Segue abaixo o cronograma das principais etapas do processo:

**Atividade 1:** Nomeação das equipes de elaboração do PPA 2024-2027 e LOA 2024 (27/04 a 05/05)

Antes de iniciar as etapas de elaboração, os órgãos e entidades nomearam as equipes setoriais responsáveis pela elaboração do PPA 2024-2027 e da LOA 2024.

**Atividade 2:** Cursos EaD (planejamento, orçamento ENAP) (16/05 a 05/06)

Neste período, os servidores receberam indicação dos cursos mais adequados ao seu perfil, foram sugeridos cursos a distância sobre planejamento e orçamento, oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

**Atividade 3:** Atualização do Perfil Institucional e elaborar o Diagnóstico Setorial do Órgão/Entidade (25/05 a 16/06)

Durante esse período, será realizada a atualização do Perfil Institucional de cada órgão/entidade participante, bem como a elaboração do diagnóstico setorial, que consiste em identificar os desafios, as potencialidades e as demandas a serem consideradas no planejamento do PPA.

**Atividade 4:** Disponibilização Guia de Orientações PPA 2024-2027 (a partir de 20/06)

Nessa fase, será disponibilizado o Guia contendo orientações sobre o processo de elaboração do PPA 2024-2027.

**Atividade 5:** Definição programas, indicadores e subações (oficinas por grupos para áreas finalísticas) (20/06 a 07/07)

Nas oficinas realizadas por grupos de trabalho, serão definidos os programas, indicadores e subações que comporão o PPA 2024-2027. Essa etapa é fundamental para estabelecer as metas e as ações a serem desenvolvidas ao longo dos próximos quatro anos.

**Atividade 6:** Definição das subações no SIGEF (07/07 a 28/07)

Neste período, as subações definidas nas oficinas serão cadastradas no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), garantindo o registro e o acompanhamento adequados de todos os programas e subações previstas no PPA.

**Atividade 7:** Formatação do Projeto de Lei e entrega à ALESC pela DIOR (até 30/08)

Por fim, será realizada a formatação do Projeto de Lei do PPA 2024-2027, que conterà todas as diretrizes, programas e subações previstos para o período de 2024 a 2027. O documento será entregue à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

## 2. Conceitos básicos PPA 2024-2027

O processo de elaboração do PPA 2024-2027 em Santa Catarina envolve uma série de conceitos como dimensões, setores de atividades, macroprocessos, objetivos estratégicos, vinculação estratégica, programas, indicadores de programas, subações e objetos de execução. A seguir apresentamos os conceitos básicos:

**DIMENSÕES:** as dimensões atuam como grandes pilares que orientam a atuação em direção aos objetivos desejados. Elas representam as áreas de foco estratégicas que ajudarão a definir prioridades, alocar recursos e criar políticas de longo prazo. As quatro dimensões-chaves são Dimensão Social, Dimensão Econômica, Dimensão Infraestrutura e Mobilidade e Dimensão Gestão Pública. Cada dimensão engloba uma série de setores e atividades específicas que, juntos, nos ajudarão a alcançar os objetivos do PPA 2024-2027.

**SETORES DE ATIVIDADES:** referem-se às diferentes áreas de atuação que compõem um determinado setor ou segmento da sociedade. No contexto do PPA 2024-2027, os setores de atividades são agrupados em quatro dimensões estratégicas:

**Dimensão Social:** Acesso à Justiça; Administração Prisional e Socioeducativa; Assistência Social e Cidadania; Cultura; Esporte; Educação; Proteção e Defesa Civil; Saúde; Segurança Pública.

**Dimensão Econômica:** Agricultura, Pecuária e Pesca; Ciência, Tecnologia e Inovação; Comércio Exterior e Atração de Investimentos; Fomento; Indústria, Comércio e Serviços; Meio Ambiente; Turismo.

**Dimensão Infraestrutura e Mobilidade:** Água e Saneamento; Energia; Portos, Aeroportos e Ferrovias; Transportes, mobilidade e obras civis.

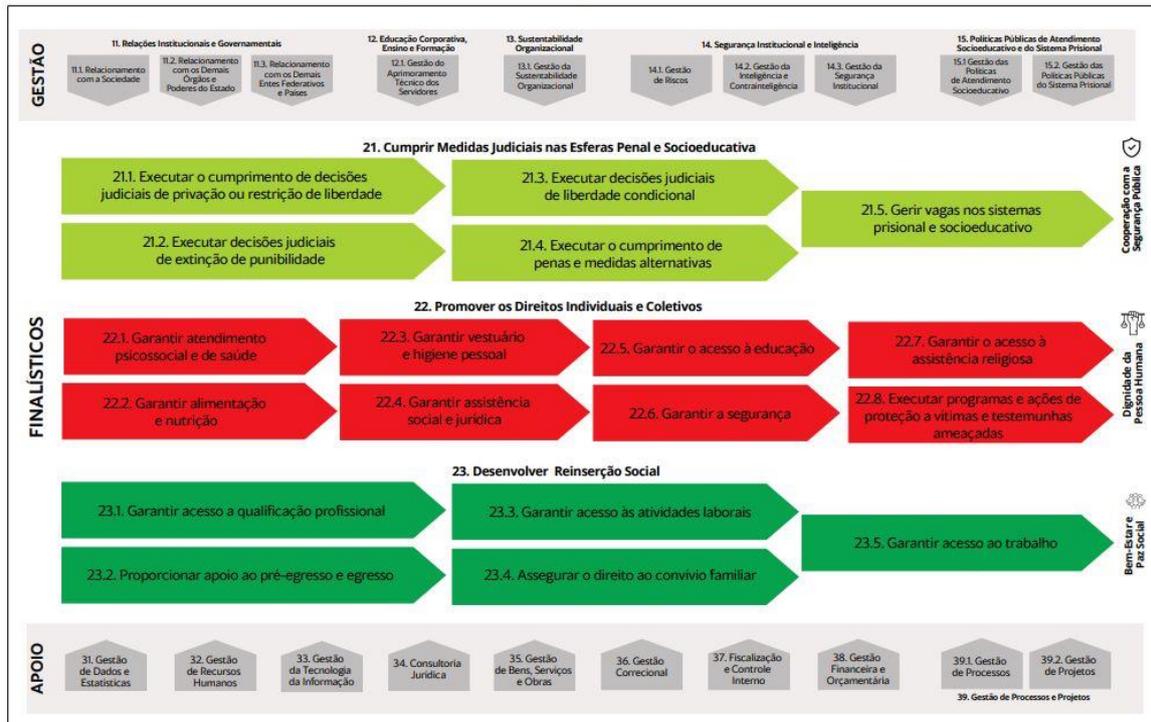
**Dimensão Gestão Pública:** Comunicação; Controle e Integridade; Gestão Tributária e Financeira; Relações Federativas; Representação Judicial e Consultoria Jurídica; Gestão.

Esses setores de atividades representam os diferentes campos de atuação nos quais as políticas e programas serão desenvolvidos para promover o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

**MACROPROBLEMA:** refere-se a um problema de grande escala que afeta uma área ou setor específico e tem impacto significativo na sociedade como um todo. Ele geralmente abrange uma série de problemas relacionados e requer abordagens abrangentes e estratégicas para resolvê-lo.

**MACROPROCESSOS:** são as principais atividades desenvolvidas dentro da instituição. No contexto do PPA 2024-2027, é crucial identificar e definir claramente essas atividades para garantir a eficácia de nossa atuação, por exemplo, na Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), os macroprocessos finalísticos são: 1. Cumprir medidas judiciais nas esferas penal e socioeducativa; 2. Promover os Direitos Individuais e Coletivos; e 3. Desenvolver reinserção social. Essas atividades centrais nos ajudam a focar nossos esforços e recursos de forma mais eficiente e eficaz.

**Arquitetura de Processos (1º nível)**  
**Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa - SAP**



Fonte: <https://sap.sc.gov.br/>

**VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA:** é um elemento importante do PPA 2024-2027, pois garante que os programas e subações estejam alinhados com os objetivos estratégicos do Plano de Governo e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Esta vinculação é fundamental para assegurar que nossas ações estejam em sintonia com as metas de desenvolvimento a longo prazo de Santa Catarina e do mundo.

**PROGRAMA:** é um instrumento de organização da atuação governamental para o alcance de um objetivo e mensurado por indicadores. Visa a solução de um problema, atendimento de necessidades, demandas da sociedade ou aproveitamento de uma oportunidade. No PPA 2024-2027, cada programa é cuidadosamente planejado e implementado para maximizar seu impacto e eficácia. Os programas, no PPA 2024-2027 são divididos em dois tipos: Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.

**OBJETIVO DO PROGRAMA:** representa os impactos de que esperamos alcançar pela ação do Governo do Estado ao implantar os programas do PPA. Eles são a representação clara das metas e da mudança que se pretende promover no estado de Santa Catarina. Alinhar as subações a esses objetivos é indispensável para manter o foco em nossos esforços de desenvolvimento.

**INDICADORES DE PROGRAMAS:** são fundamentais para mensurar e acompanhar os resultados dos nossos programas de forma quantitativa e qualitativa. Eles permitem o acompanhamento do progresso em direção aos objetivos e que se façam os ajustes necessários ao longo do caminho. No PPA 2024-2027, dar-se-á grande importância à definição clara e ao acompanhamento de indicadores relevantes.

**SUBAÇÕES:** são as operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. No PPA 2024-2027, cada subação é planejada com cuidado para garantir que ela esteja alinhada com os objetivos do programa e que contribua efetivamente para o seu sucesso.

**OBJETOS DE EXECUÇÃO:** são os instrumentos de programação do produto da subação do qual resulta um bem ou serviço destinado a um público-alvo, ofertado à sociedade e/ou ao próprio Estado.

Através do objeto de execução ocorre o acompanhamento físico e financeiro detalhado da execução do plano. Este é um componente importante do nosso plano, pois garante transparência, responsabilidade e eficácia.

## 3. Etapas de Elaboração do PPA 2024-2027

### 3.1 Base e diretrizes estratégicas

O objetivo deste guia é orientar secretarias e órgãos do Estado na elaboração do PPA 2024-2027, de forma que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento do Estado, estabelecendo metas e ações alinhadas às necessidades e demandas da sociedade.

O cidadão e as entregas à sociedade catarinense são a principal prioridade, visando atender às demandas e necessidades da população, promovendo o desenvolvimento e o bem-estar de todos. Além disso, busca-se estabelecer parcerias estratégicas com os municípios catarinenses, reconhecendo a importância da cooperação e da integração entre os entes federativos para alcançar resultados efetivos.

Nesse contexto, o Plano de Governo 2023-2026 desempenha um papel central, servindo como referência para as ações e prioridades do governo no período do PPA. As diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Governo serão consideradas na definição dos programas e subações a serem desenvolvidos.

Além disso, o guia também leva em conta o **Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc)**, buscando assegurar a sustentabilidade financeira do Estado e a eficiência na alocação de recursos. A Agenda 2030 de desenvolvimento humano sustentável é outro elemento a ser considerado, pois orienta as ações do governo para promover um desenvolvimento equilibrado, inclusivo e sustentável, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).



Fonte: Elaboração equipe PPA 2024-2027

Assim, o Guia de Elaboração do PPA 2024-2027 incorpora essas diretrizes estratégicas, visando guiar o processo de planejamento e garantir a efetividade das políticas públicas em benefício de Santa Catarina e de sua população.

## 3.2 Alinhamento ao Pafisc e ODSs

### 3.2.1 Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc)

Na elaboração e/ou revisão dos Programas Temáticos e em especial aos Programas de Gestão, Manutenção e de Serviços ao Estado (PGMSE) é essencial o alinhamento ao Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc) e demais diretrizes financeiras. As equipes devem considerar as medidas detalhadas nas Resoluções GGG 006/2023 e GGG 007/2023, que incluem redução de despesas, como cortes em gastos com serviços terceirizados, passagens aéreas, diárias, telefone, aluguel de veículos e material de expediente, além da suspensão das nomeações de aprovados em concursos públicos.



Fonte: Elaboração equipe SEF

Apesar da necessidade de austeridade fiscal e controle de gastos, é primordial que a qualidade dos serviços oferecidos à população não seja comprometida. As medidas de economia devem ser estratégicas, buscando manter a efetividade dos serviços prestados. Desta forma, a etapa de alinhamento com o Pafisc torna-se vital na elaboração dos Programas Temáticos e de Gestão, contribuindo para a manutenção da efetividade e qualidade dos serviços, ao mesmo tempo em que se busca o equilíbrio fiscal do governo.

### 3.2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)

A Agenda 2030, adotada globalmente em 2015, é um plano de ação que busca o equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental. Orientada pelos pilares "Pessoas", "Planeta", "Prosperidade", "Paz" e "Parcerias", a Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), abrangendo ações em diversos setores.

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/>

Para o PPA 2024-2027 de Santa Catarina, a Agenda 2030 deve, quando possível, ser incorporada ao planejamento e execução das políticas públicas. Tal abordagem favorece a transversalidade e intersectorialidade das políticas, a integração entre diferentes processos de planejamento e o alinhamento entre órgãos de governo.

A proposta para o PPA 2024-2027 é aprimorar esse processo de integração com a Agenda 2030. As subações devem ser vinculadas aos ODSs e suas respectivas metas. Adicionalmente, a Agenda 2030 deve ser utilizada como referência na identificação de macroproblemas a serem considerados no PPA.

### 3.3 Perfil Institucional

O Perfil Institucional, que será incluído no "Contexto Socioeconômico do Estado" e enviado à ALESC junto ao Projeto de Lei do PPA, constitui um importante elemento para a definição de ações e programas a serem implementados durante o quadriênio 2024-2027. O documento representa a consolidação do planejamento estratégico de cada órgão ou entidade. Ele deve incluir uma apresentação da secretaria/órgão, ressaltando sua importância e objetivos de atuação; descrição de competências e atribuições; definição da identidade organizacional, englobando missão, visão, valores, estrutura, carreiras e servidores; um organograma atualizado; descrição detalhada das áreas de atuação, incluindo atividades e serviços prestados; uma análise SWOT; identificação das partes interessadas, ou stakeholders; e a descrição dos principais resultados alcançados nos últimos 4 anos.

Com a revisão ou elaboração do Perfil Institucional, incluindo as secretarias que passaram por mudanças em suas competências e nomenclaturas de acordo com as Medidas Provisórias nº 257<sup>1</sup> e 258/2023<sup>2</sup>, convertidas posteriormente na Lei nº 18.646, de 05 de junho de 2023<sup>3</sup>, a equipe responsável pela elaboração do PPA 2024-2027 terá um panorama atualizado e completo da instituição. Isso permitirá uma melhor compreensão das atribuições e características de cada área, auxiliando na definição de programas e ações alinhadas com a realidade e necessidades da instituição.



Fonte: Elaboração equipe SEF

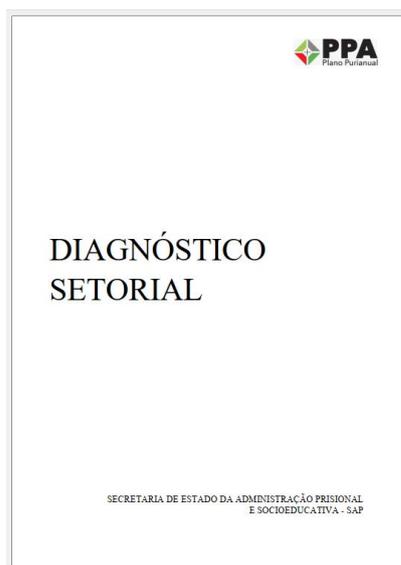
1 <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2023/000257-012-0-2023-001.htm>  
2 <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2023/000258-012-0-2023-001.htm>  
3 [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2023/18646\\_2023\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2023/18646_2023_lei.html)

Esse panorama atualizado das informações será importante para orientar a próxima etapa do processo, na qual as equipes realizarão o diagnóstico dos macroproblemas. Ao conectar o conhecimento adquirido sobre nossa instituição às demandas e desafios identificados, poder-se-á tomar decisões mais embasadas e efetivas para a construção dos programas e subações que irão compor o PPA 2024-2027.

### 3.4 Diagnóstico Setorial

O diagnóstico setorial é o ponto de partida para a elaboração ou revisão dos programas temáticos do PPA 2024-2027. Nesse momento, as equipes farão uma avaliação aprofundada do setor, considerando seu papel e importância no contexto social, econômico e ambiental do Estado. Essa análise detalhada dos principais segmentos do setor, visa ampliar o entendimento da dinâmica, os desafios enfrentados e as potencialidades existentes no setor e é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes que gerem um impacto positivo e duradouro na sociedade catarinense. É indispensável que cada equipe de elaboração do PPA preencha o documento "Diagnóstico Setorial", ferramenta de suma importância para essa etapa.

Os debates e discussões levantados e registrados neste documento são indispensáveis para uma compreensão abrangente do setor e para a construção dos programas. A etapa contextualização proporciona uma visão abrangente do setor, salientando os principais atores que o influenciam e suas respectivas competências. Permite avaliar a situação do setor no cenário nacional, contrastando o desempenho do Estado com outras unidades da Federação além de identificar as dificuldades prevalentes e oportunidades de melhoria que podem ser implementadas durante a vigência do PPA 2024-2027. O diagnóstico descreve também os canais de participação social existentes e sua relação com as políticas governamentais.



*Fonte: Elaboração equipe SEF*

O levantamento dos macroproblemas do setor é outra etapa muito relevante. Através de uma análise retrospectiva, busca-se entender os principais desafios, questões e obstáculos enfrentados pelo setor ao longo dos últimos anos, além de avaliar a eficácia das políticas e ações previamente implementadas. É de suma importância identificar o público diretamente afetado pelos problemas e entender suas necessidades específicas. Adicionalmente, pede-se a realização de uma análise prospectiva, antecipando tendências, mudanças e desafios futuros que possam impactar o setor durante o período do Plano. Nesse contexto, é importante que a equipe priorize os macroproblemas que se

mostram mais relevantes e urgentes para serem tratados no PPA, considerando a importância desses problemas, sua magnitude e a capacidade do órgão ou entidade em promover mudanças significativas.

## 3.5 Programas

A etapa de elaboração/revisão de programas desempenha um papel fundamental, pois é responsável por organizar, em termos tático-operacionais, a forma como as diversas secretarias e órgãos mobilizarão ações para fornecer bens e serviços à sociedade.

Destaca-se que um programa pode conter subações de diferentes órgãos para o atendimento do mesmo macroproblema.

**Análise de desempenho atual:** antes de iniciar a revisão ou elaboração dos programas, a equipe deve analisar o desempenho atual desses programas. Essa análise pode incluir a avaliação da eficiência e eficácia dos serviços oferecidos, bem como a adequação dos recursos destinados a cada programa.

**Identificação de necessidades:** as equipes devem trabalhar para identificar as necessidades atuais e futuras dos órgãos setoriais e dos usuários dos serviços prestados. Isso pode envolver a coleta e análise de feedback dos usuários e dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços.

A construção dos programas do PPA 2024-2027 se baseará nos perfis institucionais, no diagnóstico setorial e nas agendas estabelecidas na base estratégica. Esses programas são divididos em dois tipos principais: Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.

### 3.5.1 Programas Temáticos

Os programas temáticos desempenham um papel central na promoção da transformação social, econômica e ambiental almejada. Eles refletem, de maneira prática e direta, a maioria das entregas e realizações planejadas no Plano Plurianual 2024-2027. Esses programas representam a agenda de governo e fornecem orientações para a ação governamental, resultando na oferta direta de bens e serviços à sociedade.

Para construir programas temáticos eficazes, é fundamental compreender as demandas e desafios enfrentados pela sociedade. Isso requer uma análise cuidadosa das necessidades e prioridades existentes (Diagnóstico Setorial), levando em consideração os objetivos estratégicos do governo e as metas estabelecidas (ver Anexo III).

Ao elaborar os programas temáticos, é importante considerar as diferentes áreas de atuação, como saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente, entre outras. Cada programa deve ter metas claras e mensuráveis (indicadores de programas), de forma a permitir o acompanhamento e avaliação adequados do seu desempenho.

Além disso, os programas temáticos devem ser desenvolvidos com base em evidências e análises técnicas (novamente o Diagnóstico Setorial poderá auxiliar). Isso significa utilizar informações e dados confiáveis para embasar as decisões, levando em consideração aspectos como viabilidade, impacto e sustentabilidade.

Uma abordagem integrada e coordenada é essencial na construção dos programas temáticos. Isso pode envolver a colaboração entre diferentes órgãos e entidades, bem como a interação com parceiros da sociedade civil e setor privado, quando pertinente. A sinergia e o alinhamento entre os programas são fundamentais para otimizar recursos e maximizar os resultados alcançados.

Dessa forma, os programas temáticos do PPA 2024-2027 serão desenvolvidos levando em consideração as demandas e prioridades da sociedade, embasados em análises técnicas e em uma

abordagem integrada. A construção desses programas requer um esforço conjunto e alinhado, visando o alcance dos objetivos estratégicos e o atendimento efetivo às necessidades da população.

### 3.5.2 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços são os programas que têm como foco a oferta de serviços ao Estado, a gestão de políticas e o apoio administrativo. Eles são responsáveis por produzir bens e serviços essenciais para o funcionamento do Estado, como atividades de planejamento, formulação, gestão, coordenação, avaliação ou controle de políticas públicas. Além disso, englobam atividades de natureza administrativa que contribuem para o alcance dos objetivos dos demais programas, especialmente os programas temáticos. Essas atividades podem incluir a remuneração de pessoal, realização de cursos, entre outras.

É importante ressaltar que, no âmbito do PPA 2024-2027, serão implementadas ações alinhadas ao Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc), buscando garantir o cumprimento das metas estabelecidas naquele Plano de Ajuste. Os programas de Gestão, Manutenção e Serviços desempenham um papel importante no suporte às políticas públicas e na garantia do bom funcionamento da administração estadual, incluindo as medidas de ajuste fiscal propostas. Esses programas são de grande importância para a promoção da eficiência e efetividade na gestão dos recursos públicos, visando alcançar os objetivos estabelecidos tanto pelo Pafisc quanto pelo PPA.

### 3.5.3 Atributos dos Programas

Os atributos dos programas são elementos fundamentais para a sua definição e descrição no Plano Plurianual. Eles incluem o nome, objetivo, justificativa, público-alvo e a unidade orçamentária responsável. Esses atributos serão utilizados para o cadastramento dos programas no SIGEF:

**NOME:** representa a atuação governamental voltada para o alcance de um objetivo estratégico. Ele visa resolver um problema, atender às necessidades e demandas da sociedade, ou aproveitar uma oportunidade identificada. O nome do programa deve refletir sua finalidade e o propósito de promover mudanças positivas na realidade em questão.

**OBJETIVO:** é o resultado esperado a ser alcançado. Ele expressa o que deve ser feito e reflete as situações que serão alteradas pela implementação de um conjunto de subações orçamentárias, com desdobramentos na região de atuação. O objetivo do programa representa a mudança positiva que será promovida na vida daqueles que são beneficiados pelo programa. Essa mudança pode se manifestar como o acesso garantido a determinados serviços públicos, melhorias nas condições de vida, ou avanços nas esferas social, econômica ou ambiental de indivíduos ou regiões.

**JUSTIFICATIVA:** consiste em uma argumentação que evidencia a necessidade e a relevância de sua implementação. Ela apresenta as razões e fundamentos que sustentam a importância do programa na solução de problemas ou no atendimento de demandas identificadas. A justificativa deve ser embasada em análises e diagnósticos que demonstram a pertinência e o potencial impacto positivo do programa na realidade abordada.

**PÚBLICO ALVO:** é o conjunto de pessoas ou entidades que são concretamente atendidas pelo programa. Isso inclui aqueles que recebem os bens e/ou serviços produzidos pelo programa ou que usufruem dos resultados alcançados. O público-alvo pode ser definido em termos de indivíduos, comunidades, organizações ou entidades jurídicas. Também pode ser delimitado em termos de localidades, municípios ou regiões específicas.

**UO RESPONSÁVEL:** é o órgão responsável pela coordenação e execução do programa. Ela desempenha um papel importante na condução das atividades, na gestão dos recursos e na garantia da efetividade do programa. A UO é designada como responsável por sua expertise e capacidade técnica para coordenar as ações e alcançar os objetivos propostos pelo programa.

Fonte: Elaboração DIOR/SEF

## 3.6 Indicadores de Programas

Na construção do PPA 2024-2027 a seleção de indicadores de programas assume um relevante papel. Devem ser selecionados indicadores que ofereçam dados úteis, acionáveis e compreensíveis tanto para os gestores públicos quanto para a sociedade. Nesse sentido, a ênfase deve recair sobre a qualidade, e não a quantidade, dos indicadores selecionados. Cada indicador deve ser estrategicamente escolhido para fornecer informações significativas sobre o desempenho do programa.

Indicadores são métricas que proporcionam informações sobre o desempenho de um objeto (seja governo, política, programa, organização, projeto etc.), com vistas ao controle, comunicação e melhoria. É uma informação quantitativa ou qualitativa que expressa o desempenho de um processo, em termos de eficiência, eficácia ou nível de satisfação e que, em geral, permite acompanhar sua evolução ao longo do tempo e compará-lo com outras organizações.

O uso de indicadores é um meio de buscar garantir que as atividades do governo estejam sendo realizadas conforme os objetivos estabelecidos previamente.

A principal característica de um indicador é que ele permite a comparação em relação ao passado (série histórica), ao referencial de desempenho, ao compromisso assumido e à meta de desempenho.

### 3.6.1 Propriedades dos Indicadores

Os indicadores desempenham um papel decisivo na mensuração e acompanhamento dos resultados dos programas governamentais. Eles fornecem informações valiosas sobre o progresso alcançado e a eficácia das ações implementadas. Para garantir a qualidade e utilidade desses indicadores, é importante considerar uma série de propriedades essenciais:

**Validade:** capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar;

**Confiabilidade:** indicadores devem ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação;

**Disponibilidade:** os dados básicos para seu cômputo devem ser de fácil obtenção e de aferição periódica;

**Simplicidade:** indicadores devem ser de fácil comunicação e entendimento pelo público em geral, interno ou externo. Ou seja, devem ser de fácil compreensão tanto por seus executores como por aqueles que receberão seus resultados;

**Desagregabilidade:** capacidade de representação regionalizada de grupos sociodemográficos, considerando que a dimensão territorial se apresenta como um componente essencial na implementação de políticas públicas;

**Economicidade:** capacidade do indicador de ser obtido a custos módicos; a relação entre os custos de obtenção e os benefícios advindos deve ser favorável;

**Estabilidade:** capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis, que permitam monitoramentos e comparações das variáveis de interesse.

Os Indicadores dos Programas têm o objetivo de mensurar e acompanhar os resultados dos programas. Com os indicadores é possível verificar se os objetivos do órgão estão sendo alcançados.

### 3.6.2 Atributos dos indicadores de programas

Os atributos dos indicadores de programas são elementos-chave que fornecem informações essenciais sobre a sua definição e utilização. Esses atributos, como nome do indicador, fonte de dados, base geográfica, periodicidade, unidade índice, valor de referência, data de apuração e meta, desempenham um papel importante na validade, confiabilidade, disponibilidade, simplicidade, desagregabilidade, economicidade e estabilidade dos indicadores. Esses atributos serão utilizados para o cadastramento dos indicadores de programas no SIGEF, garantindo um acompanhamento adequado dos resultados e impactos das ações governamentais:

<b>NOME:</b> refere-se à descrição clara e objetiva do que será mensurado pelo indicador. É importante que o nome seja autoexplicativo, facilitando a compreensão do seu propósito.
<b>FONTE:</b> Indica o órgão responsável pelo registro ou produção das informações necessárias para a apuração do indicador. A fonte pode ser externa, como instituições nacionais ou internacionais, ou interna, como órgãos específicos do governo estadual. Ex.: (SED, IBGE, SUS, INEP, etc.).
<b>BASE GEOGRÁFICA:</b> Define o âmbito geográfico no qual o indicador será aplicado, podendo ser estadual, regional ou municipal.
<b>PERIODICIDADE:</b> indica a frequência com que o indicador será medido e atualizado. Pode ser mensal, trimestral, semestral, anual ou bienal, permitindo um acompanhamento regular dos resultados ao longo do tempo.
<b>UO RESPONSÁVEL:</b> é o órgão responsável pela coordenação e execução do programa. Ela desempenha um papel chave na condução das atividades, na gestão dos recursos e na garantia da efetividade do programa. A UO é designada como responsável por sua expertise e capacidade técnica para coordenar as ações e alcançar os objetivos propostos pelo programa.
<b>POLARIDADE:</b> representa a direção desejada para o índice apresentado. Será usado “Maior Melhor” para medidas que se deseja aumentar, ou seja, quanto maior o valor do indicador, melhor é considerado o resultado; e “Menor Melhor” para medidas que se deseja reduzir, ou seja, quanto menor o valor do indicador, melhor é considerado o resultado.
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO:</b> é a explicação matemática de como se reúnem os registros para chegar ao valor apurado. Deve conter explicações claras sobre a contagem ou fórmulas de como se calcula o valor do Indicador e os componentes da expressão matemática. Deve prezar pela simplicidade para que não haja gasto de energia com cálculos mirabolantes.
<b>UNIDADE ÍNDICE:</b> refere-se à medida padrão utilizada para mensurar o indicador, podendo ser expressa em unidades, minutos, percentuais, quilômetros, entre outros. É muito importante que a unidade índice seja coerente com a fórmula de cálculo apresentada, garantindo a consistência dos resultados obtidos.
<b>VALOR DE REFERÊNCIA:</b> representa o valor do indicador em um determinado momento, sendo recomendado utilizar sempre o valor mais recente disponível. Esse valor serve como referência para comparações e análises ao longo do tempo.
<b>DATA DE APURAÇÃO:</b> refere-se à data em que o valor de referência do indicador foi apurado. É importante registrar essa informação para acompanhar a evolução do indicador ao longo do tempo e garantir a atualidade dos dados utilizados.
<b>META:</b> é o valor, taxa ou percentual que se almeja alcançar ao final dos quatro anos do PPA. Representa o objetivo a ser perseguido, refletindo as expectativas de melhoria ou resultado esperado para o indicador. As metas devem ser: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Realísticas:</b> levam em conta os objetivos da instituição, o contexto econômico em que está inserida, as limitações orçamentárias, o desempenho anterior, etc;</li> <li>• <b>Exequíveis:</b> são passíveis de serem atingidas, pois, se não forem, serão vistas como meros ideais e não terão influência prática no comportamento da instituição;</li> <li>• <b>Desafiadoras:</b> são desafiadoras, pois se não forem, elas não encorajarão a se efetuarem melhorias no sistema; devem, portanto, ser cada vez mais ambiciosas ao longo do tempo, de maneira a incentivar que a instituição busque a otimização dos resultados, a partir dos recursos disponíveis;</li> <li>• <b>Comparáveis:</b> podem ser comparadas internamente à instituição, ou externamente, com outras instituições de reconhecido bom desempenho na área;</li> </ul>

Fonte: Elaboração DIOR/SEF

### 3.6.3 O que analisar em cada Indicador

Ao desenvolver indicadores, é importante assegurar sua qualidade e utilidade. Para tanto, é necessário considerar diversas características que garantem a eficácia dessas ferramentas de medição. Vamos explorar as principais características que um bom indicador deve possuir:

01. **Verificável:** a confiabilidade do indicador é garantida por meio do acesso às bases de dados e documentos técnicos, que respaldam sua qualidade e integridade.
02. **Preciso:** um indicador preciso é capaz de fornecer medidas exatas e diretas, fruto de um trabalho técnico bem executado, com rigor metodológico.
03. **Mensurável:** a existência de dados disponíveis é fundamental para a construção do indicador, permitindo sua mensuração consistente ao longo do tempo.
04. **Relevante:** um indicador relevante é aquele que possui utilidade e pertinência, levantando questionamentos e oferecendo insights para ações futuras.
05. **Interpretação facilitada:** a clareza e objetividade são aspectos cruciais em um indicador, evitando ambiguidades e facilitando sua compreensão por diferentes públicos.



Fonte: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/indicadores>

06. **Confiável:** A confiabilidade do indicador está diretamente relacionada à fonte de dados utilizada, que deve ser reconhecida, confiável e transparente.
07. **Monitoramento:** o indicador deve ser passível de monitoramento frequente e periódico, permitindo o acompanhamento contínuo e a reavaliação das políticas públicas.
08. **Econômico:** um bom indicador deve ser construído considerando custos moderados em relação ao tempo e ao investimento necessário.
09. **Acessível:** condições adequadas devem ser estabelecidas para que todos os interessados possam acessar e compreender o indicador de forma efetiva.
10. **Comparável:** a capacidade de comparação entre diferentes períodos e locais é essencial para avaliar tendências e benchmarking.

\*Evitar a **associação** de Indicadores **em excesso**, bem como a **sobreposição de indicadores** que apresentem informações muito semelhantes ou excessivamente detalhadas.

\*Os **Programas Temáticos** deverão apresentar **ao menos um indicador**.



Ao observar essas características, podemos construir indicadores robustos e relevantes, fornecendo informações valiosas para a tomada de decisões e o aprimoramento das políticas públicas. Com essa base sólida, buscamos promover a transparência e a efetividade na gestão governamental.

## 3.7 Subações

Após a definição dos programas é o momento de definir as subações que serão desenvolvidas para atingir os objetivos dos Programas propostos. Poderão ser revisadas as subações existentes ou criadas novas subações.

As subações são operações que resultam em produtos (bens ou serviços) que contribuem para o alcance do objetivo de um programa específico. Estas subações trazem indicativos qualitativos e quantitativos, demonstrando o direcionamento das ações governamentais e a quantidade a ser executada no quadriênio. Cada subação é associada a um programa e deve ser regionalizada sempre que possível. Lembrando que um órgão pode ter subações em diversos programas.

### 3.7.1 Atributos das subações

As subações serão cadastradas pelos órgãos no SIGEF após a definição dos Programas. Para o cadastro da subação deverão ser informados os seguintes **atributos**, no SIGEF:

**NOME:** é a forma pela qual ela será identificada pela sociedade. Deve ser expresso em linguagem clara, transmitindo de maneira objetiva o objeto e propósito da Subação. Por exemplo, "Construção de Postos de Saúde" identifica claramente o objetivo da ação.

**DESCRIÇÃO:** consiste no detalhamento minucioso das atividades que serão realizadas. Deve fornecer informações claras e precisas sobre os procedimentos, etapas e metas a serem alcançadas durante a execução da subação.

**FUNÇÃO:** refere-se ao nível de agregação das diversas áreas de despesa sob a responsabilidade do setor público. Está diretamente relacionada à atribuição principal do órgão responsável. Por exemplo, Saúde, Educação, Cultura, Transporte, entre outros. Essa função é estabelecida por meio da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, emitida pelo Ministério do Planejamento (MP).

**SUBFUNÇÃO:** representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesas do setor público. Identifica a natureza básica das subações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estão relacionadas. Diz respeito à atribuição da subação. Ex.: Vigilância sanitária, Ensino superior, Difusão cultural, Transporte aéreo, etc. (Estabelecido através da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, emitida pelo Ministério do Planejamento (MP)).

Obs.: A função e subfunção, ver **Anexo I** desse Guia, são utilizadas no processo de prestação de contas do Governo do Estado, bem como para a tomada de decisão dos gestores estaduais. É por meio da função de governo que se verifica se o Estado está aplicando os percentuais mínimos constitucionais.

#### Tipos de Subação

**Projeto:** são subações **limitadas no tempo**, das quais resulta um produto que contribui para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo. São os gastos com investimentos e as despesas correntes não continuadas. Ex.: eventos do esporte e da cultura, planos de capacitação, consultorias, construção de rodovias, dentre outros. Essas despesas se caracterizam por financiarem ações que tem início e fim determinados.

**Atividade:** inclui-se neste tipo de subação todas as **atividades contínuas**. Essas despesas se caracterizam por possuírem caráter continuado e rotineiro. Essas despesas são caracterizadas por serem recorrentes e de natureza contínua, sendo realizadas de forma periódica e constante. Ex.: manutenção de hospitais, transporte escolar, oferta de medicamentos, etc.

**PRODUTO:** É o resultado da execução da subação, podendo ser a entrega de um bem ou a prestação de um serviço. É através do detalhamento do Produto que será feito o Acompanhamento Físico e Financeiro da Subação. Ex.: aluno atendido, projeto implantado, rodovia pavimentada, etc.

<b>UNIDADE DE MEDIDA:</b> a unidade de medida é a forma pela qual o produto da subação será quantificado e mensurado. Pode ser expressa em unidades, como peças, quilômetros, metros quadrados, entre outras.	
<b>RESPONSÁVEL:</b> o responsável pela execução da subação é o servidor designado para conduzir e coordenar as atividades relacionadas à sua implementação. Ele é responsável por garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como pela gestão dos recursos e pela obtenção dos resultados esperados.	
<b>LOCALIZAÇÃO:</b> a <b>regionalização</b> determina previamente a localidade beneficiada pela ação governamental, assim como os impactos que essa ação terá em cada território, levando em consideração as diferentes realidades de cada região e reduzindo as desigualdades entre elas. Por meio da regionalização é possível saber onde estão sendo aplicados os recursos estaduais.	
<b>ESFERA:</b> refere-se à classificação das despesas e receitas de acordo com a sua natureza e atribuição. Existem três esferas principais: Fiscal, Seguridade Social e Investimentos das Empresas Estatais: <b>Fiscal:</b> refere-se aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. <b>Seguridade Social:</b> abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público, nas despesas relacionadas à saúde, previdência e assistência social, nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição. <b>Investimentos das Empresas Estatais:</b> é o orçamento que registra os investimentos (aquisição de bens componentes do ativo imobilizado) das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.	
<b>TIPO DE ACUMULAÇÃO:</b> refere-se à forma como a realização física é contabilizada ao longo da execução da subação. Existem dois tipos principais: Maior Valor e Soma.	
No tipo de acumulação por " <b>Maior Valor</b> ", a realização física é acumulada quando ocorre repetidamente no mesmo local ou beneficiando os mesmos entes. Por exemplo, no caso de um programa que beneficia municípios, cada município atendido é contabilizado separadamente e a realização física é acumulada para cada um deles.	Já no tipo de acumulação por " <b>Soma</b> ", a realização física é somada ao longo da execução, independentemente do local ou ente beneficiado. Por exemplo, em programas que envolvem a realização de procedimentos distintos, como consultas médicas ou cirurgias, cada procedimento realizado é contabilizado separadamente e a realização física é somada ao total ao longo do período de execução.
<b>VINCULAÇÃO:</b> um aspecto importante na gestão das subações do PPA. Existem duas formas de vinculação que devem ser consideradas: <b>Vinculação ODS:</b> são 17 objetivos definidos pelos países membros da ONU com foco no Desenvolvimento Sustentável, e servem como uma orientação estratégica para as políticas públicas. (ver <b>Anexo II</b> deste Guia) <b>Vinculação Plano de Governo:</b> esta vinculação alinhará as subações do PPA aos objetivos do Plano de Governo. (ver <b>Anexo III</b> deste Guia)	
<b>META FÍSICA:</b> representa a quantidade do produto a ser alcançado por meio da subação. Ela indica o objetivo quantitativo a ser atingido, como o número de unidades produzidas, serviços prestados ou beneficiários atendidos.	
<b>META FINANCEIRA:</b> diz respeito à programação dos recursos financeiros destinados à subação considerando as diferentes fontes de financiamento. É importante que os valores planejados estejam alinhados com a realidade e sejam viáveis, evitando discrepâncias entre o planejamento e a execução financeira.	

*Fonte: Elaboração DIOR/SEF.*

Os atributos dos indicadores de programas são elementos essenciais para garantir a qualidade e efetividade do processo de monitoramento e avaliação. Ao preencher adequadamente os atributos dos indicadores no SIGEF, as equipes setoriais estarão contribuindo para a construção de um sistema de monitoramento eficiente e orientado para resultados.

### 3.8 Acompanhamento Físico e Financeiro do PPA

O processo de acompanhamento físico e financeiro tem a finalidade de divulgar dados de interesse público referentes aos resultados alcançados pela ação governamental, monitorar e avaliar os produtos e as metas das subações dos programas governamentais e qualificar os processos de elaboração e revisão do PPA.

Tem como diretriz contribuir para o aprimoramento da gestão pública, responsabilização, transparência, eficiência, eficácia e efetividade dos programas governamentais e do exercício do controle social.

Todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, pertencentes aos orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, responsáveis por programas e subações, devem manter atualizadas no módulo de acompanhamento físico e financeiro do Sigef, durante cada exercício financeiro, as informações referentes à execução física e financeira das subações sob sua responsabilidade.

É por meio do monitoramento da execução física e financeira dos objetos de execução que é possível identificar desvios, inconsistências ou incoerências na execução das subações, diagnosticando suas causas e propondo ajustes operacionais com vistas à adequação entre metas estabelecidas e valores executados.

Os indicadores acompanham o atingimento do objetivo do programa. O objeto de execução acompanha o atingimento do objetivo da subação.

Serão acompanhadas todas as subações finalísticas que gerem bens e serviços para a sociedade ou ao próprio Estado, podendo ser tanto um projeto quanto uma atividade.

De acordo com o artigo 11, do Decreto nº 1.534, de 22 de outubro de 2021, excetua-se de acompanhamento:

- I – subações de encargos com folha de pessoal;*
- II – subações de encargos com estagiários; e*
- III – subações referentes à manutenção administrativa dos órgãos.*

As subações que forem consideradas pelas unidades gestoras com impedimento técnico para serem acompanhadas serão desmarcadas mediante justificativa encaminhada à SEF/DIOR.

### 3.8.1 O que é um Objeto de Execução

Objeto de Execução (OE), é o instrumento de acompanhamento do produto da subação. É por meio do OE que se acompanha a execução dos projetos ou atividades que resultam em bens ou serviços entregues à sociedade ou ao próprio estado, demonstrando os resultados alcançados pela ação governamental.

Importante ressaltar que um OE é vinculado a uma única subação mas uma subação pode agrupar “n” Objetos de Execução.

### 3.8.2 Atributos do Objetos de Execução

Os atributos dos Objetos de Execução (OE) são elementos-chave que devem ser preenchidos no SIGEF para garantir a correta identificação e descrição das ações e atividades do PPA:

**TIPO:** refere-se à natureza da ação a ser realizada no âmbito do programa. O tipo pode ser classificado como **atividade** ou **projeto**:

#### Tipos de subação

**Projeto:** são subações **limitadas no tempo**, das quais resulta um produto que contribui para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo. São os gastos com investimentos e as despesas correntes não continuadas. Ex.: eventos do esporte e da cultura, planos de capacitação, consultorias, construção de rodovias, dentre outros. Essas despesas se caracterizam por financiarem ações que tem início e fim determinados.

**Atividade:** inclui-se neste tipo de subação todas as **atividades contínuas**. Essas despesas se caracterizam por possuírem caráter continuado e rotineiro. Essas despesas são caracterizadas por serem recorrentes e de natureza contínua, sendo realizadas de forma periódica e constante. Ex.: manutenção de hospitais, transporte escolar, oferta de medicamentos, etc.

**NOME:** refere-se aos bens e serviços que serão entregues à sociedade ou ao próprio estado como resultado da execução da subação. É a denominação atribuída ao conjunto de atividades e ações que compõem o objeto de execução.

**DESCRIÇÃO:** detalhamento preciso e claro do que será entregue. É uma explicação minuciosa das características, funcionalidades e finalidades dos bens e serviços que serão disponibilizados. A descrição deve abranger informações suficientes para que seja possível compreender plenamente o escopo e os resultados esperados da execução do OE.

**RESPONSÁVEL:** é a pessoa designada como responsável técnico pela execução do projeto/atividade. Essa pessoa possui conhecimentos e habilidades específicas relacionadas ao objeto de execução e tem a função de garantir a qualidade, o cumprimento dos prazos e a conformidade das atividades realizadas.

**META FÍSICA:** representa a quantidade do produto da subação que será realizada no período total do OE. Trata-se da medida quantitativa dos bens ou serviços a serem entregues como resultado da execução da subação. Essa meta define a quantidade específica de produtos que se pretende alcançar ao final do período estabelecido, contribuindo para a avaliação do desempenho e o acompanhamento dos resultados obtidos.

#### Tipos de Acumulação

Objetos de subação tipo <b>SOMA</b>	Objeto de subação tipo <b>MAIOR VALOR</b>
<p>é utilizado em situações onde a realização física deve ser somada ao longo de sua execução. Quando o tipo de acumulação da subação é <b>SOMA</b>, periodicamente é informado no Acompanhamento Físico e Financeiro os valores realizados no período. Ao final do exercício o valor total da meta física do objeto de execução representa a soma dos valores realizados durante o ano.</p> <p>Ex.: Ao criar um objeto de execução referente a capacitação de servidores, ao final do ano teremos a quantidade total de servidores capacitados. Outro exemplo seria referente a uma construção de escola o percentual ao final da obra deverá ser de 100% de área construída.</p>	<p>é utilizado em situações onde a realização física se acumula no decorrer de sua execução. Quando o tipo de acumulação da subação é <b>MAIOR VALOR</b>, o órgão informa periodicamente de forma acumulada o quanto foi executado, sendo sempre maior ou igual ao mês anterior. Este tipo de acumulação é utilizado quando os valores executados não devem ser somados.</p> <p>Ex.: Ao criar um objeto de execução para conceder 30 bolsas de estudo serão beneficiados 30 alunos por mês durante um semestre. Ao final de seis meses o total deste objeto de execução será 30 bolsas de estudo. Caso fosse utilizado o tipo soma, ao final do semestre, o total deste objeto seria 180 bolsas de estudo o que não condiz com a realidade.</p>

A **meta física** está **diretamente vinculada** ao **produto da subação**, representando a quantidade específica desse produto que será alcançada ao final do período estabelecido. A meta física define o quantitativo dos bens ou serviços que serão entregues, enquanto o produto representa o resultado concreto da execução da subação.

*Fonte: Elaboração DIOR/SEF*

A relação entre a meta física e o produto é essencial para garantir a coerência e a consistência na definição dos objetivos e resultados esperados. Por exemplo, se a subação tem como produto "construção de escolas", a meta física definirá o número exato de escolas que deverão ser construídas ao final do período do OE. Essa vinculação assegura que as metas sejam claras, mensuráveis e alinhadas com os produtos a serem entregues, proporcionando um acompanhamento preciso do progresso e uma avaliação efetiva do desempenho do projeto.

### 3.8.3 Regionalização/ Localização

O planejamento e execução de bens e serviços através dos objetos de execução baseados na regionalização / localização desempenha um papel muito importante para os resultados almejados pela sociedade e também qualifica a eficiência dos gastos públicos. Por esta razão, hoje a regionalização / localização está preconizada no § 1º do Art. 120 da Constituição Estadual:

*§ 1º O plano plurianual exporá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.*

Ao considerar a regionalização/localização como parte integrante do planejamento e execução de bens e serviços, a administração pública fortalece sua capacidade de atender às demandas específicas de cada localidade, garantindo uma maior efetividade na entrega de resultados e otimizando o uso dos recursos públicos. Assim, ao adotar essa prática preconizada na Constituição Estadual, o governo demonstra seu compromisso com uma gestão eficiente, transparente e orientada para o bem-estar da sociedade como um todo.

Agora coloque em prática o que aprendeu até aqui, utilize o *Formulário auxiliar - Objeto de Execução* (ver **Anexo IV**) como uma ferramenta para auxiliar no cadastro dos Objetos de Execução que serão acompanhados ao longo do período de 2024-2027. Esse exercício possibilitará a verificação da adequação das subações, garantindo que estejam definidas de maneira adequada para o acompanhamento e monitoramento necessário.



## 4. Monitoramento e Avaliação do PPA

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2024-2027 é orientado ao acompanhamento e aperfeiçoamento das políticas públicas do Estado. Monitorar é uma atividade que permite a análise contínua do desempenho das subações dos Programas, por meio da obtenção de informações do que está sendo efetivado. Nesse sentido, a orientação do novo PPA 2024-2027 é que a construção de objetivos, resultados e entregas sejam alinhadas para que seus dados de acompanhamento realmente demonstrem a ação do Estado. Conforme previsto na Constituição Estadual, art. 62:

*Art. 62. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*

*I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado; (SANTA CATARINA, 1989)*

O monitoramento da execução do PPA se faz pela análise do desempenho físico e financeiro de suas entregas, bem como pelo acompanhamento dos indicadores de resultados dos Programas. O monitoramento é realizado periodicamente e caberá aos órgãos responsáveis prestar informações a respeito da execução do PPA no módulo de Acompanhamento Físico-Financeiro do SIGEF.

## 5. Considerações Finais

A elaboração do PPA 2024-2027 é uma oportunidade valiosa para melhorar os processos de planejamento e gestão do Governo de Santa Catarina, com o objetivo de atender de maneira eficiente e efetiva às demandas da população através de políticas públicas e programas significativos. Este guia foi projetado para auxiliar na criação de um PPA eficaz que possa orientar as ações do governo, alinhando suas estratégias ao desejo de um futuro melhor e garantindo a execução bem-sucedida das políticas públicas.

Devemos sempre manter o foco nas necessidades dos cidadãos, garantindo seus direitos e acesso a serviços que proporcionem uma vida digna a todos. É crucial abordar os principais problemas do ponto de vista do cidadão e planejar programas que orientem as ações públicas nos próximos quatro anos. Além disso, o PPA deve garantir a colaboração entre os diferentes órgãos governamentais para lidar efetivamente com os desafios socioeconômicos e as diversas realidades regionais de Santa Catarina. Este guia procura considerar todas estas variáveis, além de comprometer-se com a Agenda

2030 e a manutenção do equilíbrio fiscal. Esperamos que este processo resulte em um PPA que, quando implementado e monitorado adequadamente, possa orientar decisões significativas sobre as prioridades e a alocação de recursos em Santa Catarina.

## 6. Dúvidas e Esclarecimentos

Para o esclarecimento de eventuais dúvidas estamos à disposição pelos seguintes canais de comunicação:

**Equipe GEPLA/DIOR:**

Cristina Valdeci Rodrigues – (48) 3665-2510  
Gerente de Elaboração e Acompanhamento do PPA

Demais membros da Gerência:

Adriano de Souza Pereira – (48) 3665-2573  
Luciana Rotolo – (48) 3665-2801  
Waleska Pinho – (48) 3665-2553  
Ediane Pfeifer – (48) 3665-2804

E-mail: [gepla@sef.sc.gov.br](mailto:gepla@sef.sc.gov.br)

## Anexo I - Função e Subfunção de Governo

Funções e Subfunções de Governo instituídas por meio da Portaria Nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, publicada no D.O.U. de 15/04/99:

Função		Subfunção	
01	Legislativa	031	Ação Legislativa
		032	Controle Externo
02	Judiciária	061	Ação Judiciária
		062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03	Essencial à Justiça	091	Defesa da Ordem Jurídica
		092	Representação Judicial e Extrajudicial
04	Administração	121	Planejamento e Orçamento
		122	Administração Geral
		123	Administração Financeira
		124	Controle Interno
		125	Normatização e Fiscalização
		126	Tecnologia da Informação
		127	Ordenamento Territorial
		128	Formação de Recursos Humanos
		129	Administração de Receitas
		130	Administração de Concessões
		131	Comunicação Social
05	Defesa Nacional	151	Defesa Área
		152	Defesa Naval
		153	Defesa Terrestre
06	Segurança Pública	181	Policciamento
		182	Defesa Civil
		183	Informação e Inteligência
07	Relações Exteriores	211	Relações Diplomáticas
		212	Cooperação Internacional
08	Assistência Social	241	Assistência ao Idoso
		242	Assistência ao Portador de Deficiência
		243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		244	Assistência Comunitária
09	Previdência Social	271	Previdência Básica
		272	Previdência do Regime Estatutário
		273	Previdência Complementar
		274	Previdência Especial
10	Saúde	301	Atenção Básica
		302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
		303	Suporte Profilático e Terapêutico
		304	Vigilância Sanitária
		305	Vigilância Epidemiológica
		306	Alimentação e Nutrição
11	Trabalho	331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador
		332	Relações de Trabalho

<b>Função</b>		<b>Subfunção</b>	
		333	Empregabilidade
		334	Fomento ao Trabalho
12	Educação	361	Ensino Fundamental
		362	Ensino Médio
		363	Ensino Profissional
		364	Ensino Superior
		365	Educação Infantil
		366	Educação de Jovens e Adultos
		367	Educação Especial
		368	Educação Básica
13	Cultura	391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
		392	Difusão Cultural
14	Direitos da Cidadania	421	Custódia e Reintegração Social
		422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
		423	Assistência aos Povos Indígenas
15	Urbanismo	451	Infraestrutura Urbana
		452	Serviços Urbanos
		453	Transportes Coletivos Urbanos
16	Habitação	481	Habitação Rural
		482	Habitação Urbana
17	Saneamento	511	Saneamento Básico Rural
		512	Saneamento Básico Urbano
18	Gestão Ambiental	541	Preservação e Conservação Ambiental
		542	Controle Ambiental
		543	Recuperação de Áreas Degradadas
		544	Recursos Hídricos
		545	Meteorologia
19	Ciência e Tecnologia	571	Desenvolvimento Científico
		572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
		573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20	Agricultura	605	Abastecimento
		606	Extensão Rural
		607	Irrigação
		608	Promoção da Produção Agropecuária
		609	Defesa Agropecuária
21	Organização Agrária	631	Reforma Agrária
		632	Colonização
22	Indústria	661	Promoção Industrial
		662	Produção Industrial
		663	Mineração
		664	Propriedade Industrial
		665	Normalização e Qualidade
23	Comércio e Serviços	691	Promoção Comercial
		692	Comercialização
		693	Comércio Exterior
		694	Serviços Financeiros
		695	Turismo
24	Comunicações	721	Comunicações Postais
		722	Telecomunicações
25	Energia	751	Conservação de Energia

<b>Função</b>		<b>Subfunção</b>	
		752	Energia Elétrica
		753	Combustíveis Minerais
		754	Biocombustíveis
26	Transporte	781	Transporte Aéreo
		782	Transporte Rodoviário
		783	Transporte Ferroviário
		784	Transporte Hidroviário
		785	Transportes Especiais
27	Desporto e Lazer	811	Desporto de Rendimento
		812	Desporto Comunitário
		813	Lazer
28	Encargos Especiais	841	Refinanciamento da Dívida Interna
		842	Refinanciamento da Dívida Externa
		843	Serviço da Dívida Interna
		844	Serviço da Dívida Externa
		845	Outras Transferências
		846	Outros Encargos Especiais
		847	Transferências para a Educação Básica
99	Reserva de Contingência	997	Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor
		999	Reserva de Contingência

## Anexo II - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

São 17 objetivos definidos pelos países membros da ONU com foco no Desenvolvimento Sustentável, e servem como uma orientação estratégica para as políticas públicas:

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>
001	Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
002	Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
003	Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
004	Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
005	Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
006	Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
007	Energia Limpa e Acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
008	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
009	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
010	Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>
011	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
012	Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
013	Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
014	Vida na Água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
015	Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.
016	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
017	Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

## Anexo III - Objetivos do Plano de Governo

Objetivos fornecidos pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), extraídos do Plano de Governo Caminhos de Santa Catarina:

<b>Cód. SIGEF</b>	<b>Objetivo Plano Governo</b>	<b>Ação / Escopo</b>
111	Saúde Mais Perto de Você	Implantar a operação FILA ZERO, através dos 152 hospitais filantrópicos/municipais, que somados aos 21 Estaduais farão uma força tarefa para realização de exames e cirurgias.
111	Saúde Mais Perto de Você	Estruturar em 21 regiões, ao menos um hospital de referência de média e alta complexidade; e Modernizar e Equipar os 152 Hospitais Filantrópicos no Estado, para atendimento dos procedimentos de urgências e de pequenas e médias complexidades.
111	Saúde Mais Perto de Você	CARRETA DA SAÚDE - serão criadas clínicas sobre rodas para levar aos municípios, de forma itinerante, a saúde para mais perto das mulheres, as crianças e os jovens - consultas de ginecologia, pediatria, clínica geral e exames de mamografia e oftalmologia.
111	Saúde Mais Perto de Você	Ampliar o número de LEITOS para UTI: Atualmente em SC dispomos de 1.120 leitos UTI SUS. Iremos ampliar, em parceria com o Governo Federal, mais 380 novos leitos = 1.500 UTI's.
111	Saúde Mais Perto de Você	Promover os ajustes necessário na Política Hospitalar Catarinense - PHC, objetivando atender os novos preceitos do programa "Saúde Mais Perto de Você".
111	Saúde Mais Perto de Você	Implantar a Lei 14.609/2009 que trata sobre Programa Estadual de Saúde Ocupacional do Servidor Público, objetivando garantir a Saúde Ocupacional do Servidor Estadual frente aos fatores ambientais, sociais, psicológicos, políticos, econômicos e organizacionais, que afetam o bem estar dos servidores públicos em seu ambiente de trabalho.
112	Meu Diploma Meu Futuro	Apoiar as Prefeituras para ampliação do número de Creches no Estado (SC tem carência de 43 mil vagas em creches - dado de 2019) (Programas de Educação / Emprego e Renda para mães).
112	Meu Diploma Meu Futuro	Implantar 21 escolas Cívico-Militares em parceria com o Governo Federal e as Associações de Municípios, para que todas as regiões do Estado possam evoluir na educação básica.
112	Meu Diploma Meu Futuro	UNIVERSIDADE GRATUITA - Conceder vagas gratuitas nas Universidades Comunitárias do sistema ACAFE, para alunos de Santa Catarina (Cartão SUS): 1º ANO 140 mil alunos (base atual); e no 2º ANO 200 mil alunos.
112	Meu Diploma Meu Futuro	Serão criadas as ETECs - Escolas Técnicas, em parceria com os municípios e o sistema "S" para dar formação técnica e profissional GRATUITA para os alunos no contraturno do Ensino Médio (INTEGRADO) de todas as regiões do Estado.

<b>Cód. SIGEF</b>	<b>Objetivo Plano Governo</b>	<b>Ação / Escopo</b>
113	Programa Proteger	MULHER MAIS SEGURA SC - Ampliar o combate aos crimes contra a mulher será prioridade, com objetivo de reduzir os índices de feminicídio no Estado.
113	Programa Proteger	Aprimorar a plataforma digital (aplicativo de celular APP) com o BOTÃO DO PÂNICO;
113	Programa Proteger	Promover aulas de defesa pessoal às mulheres e adolescentes durante o ensino médio;
113	Programa Proteger	Instituir programa educacional “Protetores do Lar” para os alunos do ensino médio; e
113	Programa Proteger	Aumentar o número de delegacias especializadas = Jovem infrator; Família (vítima); criança; mulher; e idoso.
113	Programa Proteger	Instituir, em parceria com as corporações da Segurança Pública, um programa de valorização profissional, ajustes salariais, ajustes das escalas de trabalho e recomposição dos efetivos (com inclusão anual de novos servidores), através de concursos públicos, que serão realizados com base em estudo técnico que envolva, dentre outros fatores, a demanda social, o orçamento público, o quantitativo de recursos humanos existente e a previsão de ingresso na reserva/aposentadoria dos atuais profissionais. (Base ONU + 6.000 PM's + 1.600 Bombeiros).
113	Programa Proteger	Criar o Comando Especializado de Resposta Tática (CERT) e 5 Batalhões de Resposta Tática (BRT), permitindo uma rápida e qualificada resposta no combate ao crime organizado, ao terrorismo doméstico e contra as quadrilhas de criminosos (facções), resultando no aumento do poder de dissuasão da PMSC.
114	Trabalho pela Liberdade	Implantar no sistema prisional catarinense o programa “Trabalho pela Liberdade”, onde os detentos obrigatoriamente terão que trabalhar, dentro e fora dos presídios, visando a reinserção social, a redução da reincidência criminosa e a redução dos custos do Estado. (e pagar indenização à vítima = depende de lei federal).
115	Safra Garantida	Criar o programa SEGURO NO CAMPO (Safra Garantida), para o produtor ter assegurado 100% da sua produção, caso sofra imprevistos na colheita. O produto pagará somente 1/3 do custo da apólice do seguro, o Governo Federal (PSR) e o Estado pagarão os outros 2/3 do custo.
115	Safra Garantida	Implantar o programa PRONAMPE/SC RURAL - Trata-se de uma linha de crédito especial aos produtores, com juros subsidiados pelo Estado, para ampliar a produção, adquirir CISTERNAS, instalação de rede de distribuição de energia, equipamentos, implementos agrícolas e também para fazer reformas em sua propriedade. Nas operações até R\$ 30.000,00 o Estado irá conceder JURO ZERO. O Pronampe/SC Rural será operacionalizado por meio do BADESC, em parceria com outras instituições bancárias e cooperativas de crédito.
115	Safra Garantida	Combate aos efeitos da estiagem - Ampliar o programa de construção de cisternas para captação da água da chuva para que o agricultor não sofra prejuízos em períodos de seca.

<b>Cód. SIGEF</b>	<b>Objetivo Plano Governo</b>	<b>Ação / Escopo</b>
116	Infraestrutura Rural	Melhorar a infraestrutura e asfaltar as principais estradas vicinais (Rurais), visando melhorar o escoamento da produção rural.
116	Infraestrutura Rural	Ampliar, nas áreas rurais, a cobertura da internet e de comunicações, relativas à banda larga e telefonia. 22% da população rural possui acesso deficitário a internet (1.600.000 pessoas).
116	Infraestrutura Rural	Prover aos setores industrial, rural, pesqueiro e à maricultura as infraestruturas necessárias para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, aumentando em 12.000 km a área de cobertura da rede trifásica nas propriedades rurais, bem como modernizar os sistemas elétricos para minimizar as atuais interrupções de fornecimento.
117	Desenvolvimento Econômico	Desenvolver ferramentas de estímulo à exportação e a internacionalização de produtos e serviços, abrindo novos mercados.
117	Desenvolvimento Econômico	Promover campanhas para a divulgação dos potenciais produtivos do Estado no Brasil e no Exterior.
117	Desenvolvimento Econômico	Promover o treinamento, qualificação profissional e apoio técnico aos setores produtivos, com ênfase aos micros e pequenos empresários.
117	Desenvolvimento Econômico	Modernizar os serviços públicos, promovendo uma transformação digital em todas as áreas da administração, com ênfase na saúde, educação, segurança pública e mobilidade.
117	Desenvolvimento Econômico	Expandir a oferta de disciplinas, de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação em áreas relacionadas a tecnologias emergentes.
117	Desenvolvimento Econômico	Criar mecanismos para intensificar a relação universidade-empresa, visando estimular o surgimento de novas empresas dos setores industrial e de serviços intensivos em tecnologia.
117	Desenvolvimento Econômico	Implantar o programa PRONAMPE/SC - Trata-se de uma linha de crédito especial para as micro e pequenas empresas, além das MEI's. Nas operações até R\$ 30.000,00 o Estado irá conceder JURO ZERO. O Pronampe/SC será operacionalizado por meio do BADESC, em parceria com outras instituições bancárias e cooperativas de crédito.
117	Desenvolvimento Econômico	Cursos técnicos de aperfeiçoamento em finanças e gestão, a serem ministrados em parceria com o sistema "S".
117	Desenvolvimento Econômico	Implantar o programa SEBRAE NA ESCOLA, trata-se da educação para empreendedorismo e negócios, educação financeira e para acesso a primeira linha de crédito para jovem empreendedor.
117	Desenvolvimento Econômico	Será implantado um programa de desburocratização e modernização do IMA/SC, visando agilizar os processos de obtenção de licenças ambientais - com prazos limites para emissão.
117	Desenvolvimento Econômico	Dar continuidade as tratativas governamentais que visam desativar a usina termelétrica Jorge Lacerda, na cidade de Capivari de Baixo, no sul do Estado até 2040. Desenvolver projetos que minimizem os impactos sociais e econômicos na região carbonífera.

<b>Cód. SIGEF</b>	<b>Objetivo Plano Governo</b>	<b>Ação / Escopo</b>
118	Infraestrutura Produtiva	Criar um programa para aceleração da implantação da rede 5G junto às Prefeituras, onde simultaneamente será ampliado a conectividade 3G e 4G – dando ênfase às sombras de sinal existentes no Estado.
118	Infraestrutura Produtiva	Intensificar investimentos do Estado e da União para melhorias e a modernização da infraestrutura produtiva (rodovias, portos, aeroportos, telecomunicações), objetivando a atração de empresas nacionais e estrangeiras.
118	Infraestrutura Produtiva	Acelerar o plano de obras e investimentos da SCGÁS, ampliando a rede de distribuições de Gás Natural nos principais polos econômicos do Estado.
118	Infraestrutura Produtiva	Ampliar a cobertura de oferta do Gás Natural no Estado, intensificando a distribuição por meio de transporte rodoviário (caminhões).
119	Promoção do Turismo	Ampliar a divulgação nacional e internacional dos eventos turísticos, culturais, religiosos e esportivos de Santa Catarina.
119	Promoção do Turismo	Incentivar a realização de Feiras e Eventos regionais, para fortalecer o turismo regional/municipal.
119	Promoção do Turismo	Estabelecer um calendário anual turístico do Estado, em conjunto com os Municípios e o Trade Turístico, contemplando todos os eventos por região turística (dança, religião, gastronomia, negócios, agronegócio, etc...)
119	Promoção do Turismo	Estabelecer nos currículos escolares a disciplina de educação em turismo. Em parcerias com universidades instituir cursos de graduação e especialização em Turismo, visando a qualificação dos recursos humanos.
120	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Investir na Educação Ambiental, desenvolvendo programas educacionais para aplicação nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental.
120	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Em parceria com as universidades do Estado e municípios, desenvolver projetos tecnológicos para o controle e despoluição de rios, lagos e mares.
120	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Instituir programas que incentivem as indústrias a migrarem para o uso da energia elétrica oriundas de matrizes limpas, resultando no processo de descarbonização da economia catarinense.
120	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Criar o programa MAIS VERDE para defender o meio ambiente, incentivando o dono de propriedade rural, que possui florestas e reserva legal a preservar a natureza, assim ele terá benefícios financeiros.
120	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Dar continuidade as tratativas governamentais que visam desativar a usina termoeétrica Jorge Lacerda, na cidade de Capivari de Baixo, no sul do Estado até 2040. Desenvolver projetos que minimizem os impactos sociais e econômicos na região carbonífera.
121	Infraestrutura Portos e Aeroportos	Promover investimentos para modernizar e ampliar a atuação dos 5 Portos e 24 Aeroportos no Estado, principalmente em parcerias com a iniciativa privada, por meio de PPP's.

<b>Cód. SIGEF</b>	<b>Objetivo Plano Governo</b>	<b>Ação / Escopo</b>
122	Infraestrutura junto ao Governo Federal	Vamos negociar com o Governo Federal a forma de aceleramos as obras de ampliação e revitalização das Rodovias Federais não privatizadas: BR 470 – concluir a duplicação até Indaial; BR 282 – implantar mais 3 <sup>as</sup> faixas; BR 280 – concluir a duplicação no trecho entre São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul; BR 285 – concluir obras de revitalização.
122	Infraestrutura junto ao Governo Federal	Em parceria com o Governo Federal, elaborar os projetos para licitações internacionais das concessões das Ferrovias em Santa Catarina, em especial a Leste-Oeste (Ferrovia do Frango), cujo projeto inicial prevê 860 km de linhas férreas interligando na 1 <sup>a</sup> etapa de Dionísio Cerqueira à Itajaí e na 2 <sup>a</sup> etapa de Itajaí à Imbituba.
123	Manutenção de Rodovias Estaduais	Aumentar os investimentos para manutenção e modernização das rodovias estaduais, em parcerias com a Associação de Municípios, visando aplicar anualmente no mínimo 1% do valor do investimento realizado em cada rodovia.
124	Difundir a Cultural	Promover ações itinerantes regulares (carretas), levando aos municípios catarinenses ações de cultura, folclore, música, artes, ciências e conhecimento geral.
124	Difundir a Cultural	Facilitar o acesso Lei Estadual de Incentivo à Cultura garantindo a realização de eventos culturais e religiosos em todas as regiões do Estado.
124	Difundir a Cultural	Ampliar a divulgação nacional e internacional dos eventos turísticos, culturais, religiosos e esportivos de Santa Catarina.
125	Ampliar a política habitacional	Estimular o programa social de moradia popular do Governo Federal "CASA VERDE AMARELA", para o financiamento e/ou construção da casa própria.
125	Ampliar a política habitacional	Estabelecer linhas de crédito especiais, com as instituições financeiras e cooperativas de crédito, destinadas a reforma e recuperação de unidades habitacionais, inclusive para regularização das instalações internas de água e esgotamento sanitário.
126	Parceria Estratégica (Estado - TJSC - Municípios)	Incrementar, juntamente como os Municípios e o Tribunal de Justiça de SC, o programa LAR LEGAL/SC, como objetivo de ampliar as ações de regularização fundiária urbana (REURB), o que propiciará resultados mais eficientes à política habitacional do Estado.
127	Infraestrutura para o Esporte e Lazer	Em parceria com os municípios, iremos implantar infraestrutura esportiva em praças e áreas públicas (Equipamentos de exercício físico e quadras poliesportivas), inclusive para portadores de necessidades especiais.
127	Infraestrutura para o Esporte e Lazer	Os municípios que receberem recursos para infraestrutura dos JASC, nos anos seguintes terão que receber compulsoriamente outros eventos do calendário da FESPORTE, visando proporcionar economia para o Estado e a disseminação da cultura esportiva nos municípios.
128	Gestão do Esporte e Lazer	Facilitar o acesso Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, garantindo a realização de eventos esportivos para todas as modalidades, em todas as regiões do Estado.
128	Gestão do Esporte e Lazer	Estabelecer o calendário anual esportivo do Estado, a ser elaborado em conjunto com o Conselho Estadual de Esporte, os Municípios, federações e organizações representativas do esporte, contemplando os eventos por modalidade, inclusive paradesportivo, a serem realizados por todas as regiões do Estado.

<b>Cód. SIGEF</b>	<b>Objetivo Plano Governo</b>	<b>Ação / Escopo</b>
128	Gestão do Esporte e Lazer	Promover campanhas de divulgação nacional e internacional dos eventos esportivos e paradesportivos a serem realizados no território Catarinense.
129	Atendimento Especial para Idosos	Instituir um programa de apoio financeiro e subsídios para que as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) possam se modernizar e manter as suas instalações em plena condição de funcionamento.
129	Atendimento Especial para Idosos	Negociar com o Governo Federal para que as agentes comunitárias de saúde, vinculadas aos municípios, também procedam visitação aos idosos internados nas ILPI's no Estado.
129	Atendimento Especial para Idosos	Incentivar e ampliar no estado a disponibilização de cursos e seminários destinados aos idosos (Melhor Idade), em parceria com o sistema "S" e a ACAFE. Exemplo: UNITI (Universidade da 3ª idade)
130	Modernização da Estrutura de Governo	No projeto da Rede de Atendimento ao Cidadão, será disponibilizado ao cidadão uma aplicativo (APP) onde será possível realizar de forma digital diversos serviços públicos do Estado, incluindo os Portais da Transparência.

